



Aprovado texto que reduz burocracia exigida de empresa

Senadores aprovaram ontem no Plenário proposta que simplifica regras para emissão de certidão negativa de débitos tributários, beneficiando micros e pequenos negócios



Armando, que participou da elaboração do projeto, e Eunício, presidente da Casa

Vai para a Câmara, após ter recebido ontem a aprovação do Plenário do Senado, um projeto que muda as regras para a emissão da certidão de débitos tributários. O documento agora deverá levar em conta apenas as pendências existentes até a data de solicitação. Hoje a ocorrência posterior de inadimplência prejudica a emissão do certificado. A certidão é exigida, por exemplo, em licitações e empréstimos oficiais. **3**



Randolfe é autor do requerimento para instituição da comissão externa

Senadores criam comissão para acompanhar intervenção no RJ

Uma comissão temporária externa formada por 20 senadores acompanhará a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Um requerimento para a criação do grupo foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

A Comissão de Direitos

Humanos também avaliará a ação federal. Uma subcomissão com esse fim será criada no âmbito do colegiado.

Aprovado pelo Senado na terça, o decreto sobre a intervenção foi publicado ontem em edição extra do *Diário Oficial da União*. **5**

Construção civil pede apoio de Eunício Oliveira **2**

Brasil e Argentina já têm metrologia, diz especialista **7**

Goiás terá mais duas universidades federais **3**

Nome indicado para o TST vai a Plenário **8**

Subcomissão para Fórum da Água vai ser instalada hoje **7**

País precisa modernizar lei comercial, diz jurista

Uma legislação comercial moderna, que incorpore novas tecnologias, como os documentos eletrônicos, é o que precisa o Brasil, segundo disse o ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, em audiência da Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial.

Noronha presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto de reforma do código. **4**



Noronha, Fernando Bezerra Coelho, presidente, e Pedro Chaves, relator



Nelson Marquzelli, Simone Tebet e Benedito de Lira na comissão da MP 803

Avança prazo de mais 60 dias para adesão ao Refis Rural

A prorrogação do prazo final de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, também chamado de Refis Rural, de 28 de fevereiro para 30 de abril, foi aprovada ontem pela comissão mista da Medida Provisória 803/2017.

O colegiado acolheu o relatório da senadora Simone Tebet, que manteve no texto da MP apenas a prorrogação da adesão. A medida vai agora ser analisada separadamente na Câmara dos Deputados e no Senado. **6**

Plenário autoriza empréstimos para DF e Fortaleza

O Plenário aprovou autorização para que o governo do Distrito Federal e a prefeitura de Fortaleza obtenham empréstimos do exterior com garantias da União. Para o DF, serão US\$ 100 milhões do BID. Para Fortaleza, US\$ 83 milhões da Corporação Andina de Fomento. **3**

Proposta busca aprimorar criação de política pública

Ao propor leis para instituir novas políticas públicas, o Executivo terá de enviar ao Legislativo uma avaliação sobre os impactos da aprovação das medidas. É o que determina um projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e que segue para o Plenário. **8**

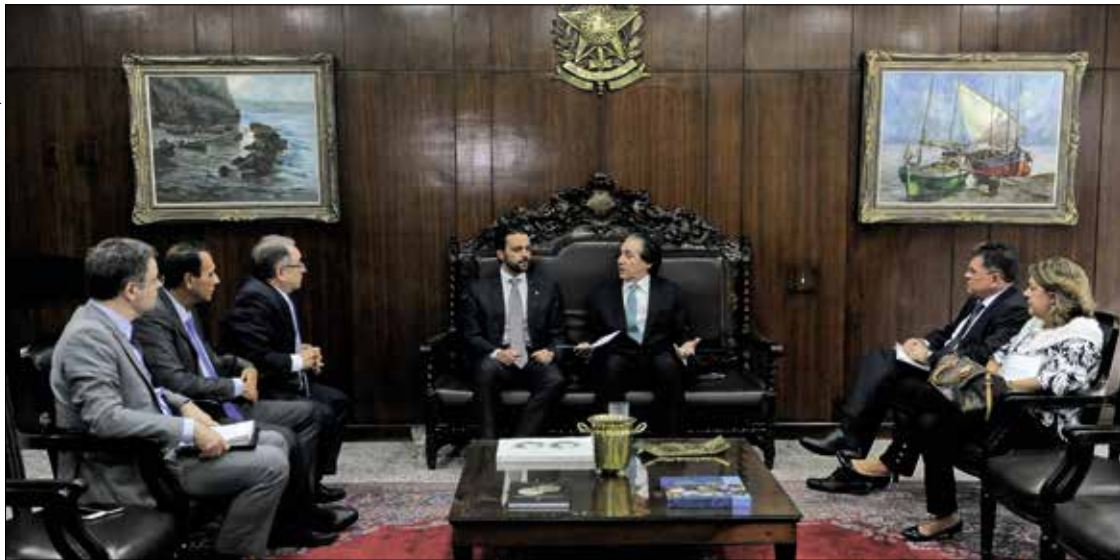
Comissão aponta prejuízo ao Mais Médicos em 2017



Relatório de Lídice da Mata mostrou redução de atendimentos do programa

O atendimento pelo Programa Mais Médicos deixou de chegar a quase 8 milhões de moradores do interior do país em 2017, segundo apontou a avaliação do programa aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais. O relatório, de Lídice da Mata, critica ainda a portaria que tornou discricionárias as despesas do Mais Médicos, gerando o risco de contingenciamento. **6**

Marcos Brandão/Senado Federal



Eunício conversa com o ministro das Cidades, Alexandre Baldy (C), e representantes da indústria da construção

Eunício debate com ministro estímulos à construção civil

Alexandre Baldy, do Ministério das Cidades, e representantes do setor pediram ontem apoio do senador para priorizar projetos em tramitação no Congresso que impulsionam negócios na área

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e representantes da construção civil. Na pauta, projetos considerados prioritários pelo Executivo para estimular o setor.

— Temos um conjunto de projetos e medidas legislativas que são prioridade por parte do Executivo e do setor da construção civil. Nós pedimos ao presidente Eunício para

que haja uma contribuição do Legislativo — disse o ministro das Cidades.

Baldy enfatizou que é necessário que os dois Poderes trabalhem juntos para estimular a economia.

— Pedimos para o presidente Eunício nos auxiliar nas pautas que temos no Senado para que Executivo e Legislativo possam atuar em conjunto e consigam promover, cada vez mais, a aceleração da constru-

ção civil e, com isso, a geração de emprego e renda — disse.

Além do presidente do Senado e do ministro das Cidades, participaram do encontro o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, o vice-presidente, Elson Povos, e o coordenador de Relações Institucionais da instituição, Luis Henrique Cidade.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Comissão discute normas de proteção ao trabalho

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho discute hoje, às 9h, normas destinadas à proteção do trabalhador. O foco da audiência será na relação trabalhista, abordando questões como responsabilidade patronal, direito ao emprego e formas de rescisão do contrato de trabalho.

O pedido de realização do debate é de Paulo Paim (PT-RS),

vice-presidente do colegiado. Entre os convidados, estão o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa, o presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, e a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida

Garcia Porto.

Presidida por Telmário Mota (PTB-RR), a subcomissão foi instalada em agosto de 2017 e funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O objetivo do colegiado é criar um Estatuto do Trabalho para substituir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterada recentemente pela reforma trabalhista.

Gleisi afirma que Lula sofre “perseguição implacável”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse esperar que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reveja a decisão



Pedro França/Agência Senado

de condenar o ex-presidente Lula a 12 anos e um mês de prisão. Segundo ela, ao definirem pena maior do que 12 anos, os desembargadores afastaram a possibilidade de prescrição da pena em decorrência da idade de Lula.

— O presidente tem mais de 70 anos e por conta de um mês a mais na pena, ela não prescreveu ano passado. Eu não tenho dúvidas de que há uma perseguição ao presidente Lula. Porque não querem que ele seja candidato a presidente.

Vanessa anuncia Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou o lançamento na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico. Ela criticou o processo de privatização da Eletrobras e de parte das distribuidoras do Norte e do Nordeste e lembrou ter entrado na Justiça para anular uma reunião do conselho da Eletrobras.

A senadora também destacou a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder prisão domiciliar às mulheres grávidas e com filhos de até 12 anos, além das mães de pessoas com deficiência.



Pedro França/Agência Senado

Marta afirma que a educação é o meio para mudar a sociedade

Marta Suplicy (PMDB-SP) defendeu a educação como instrumento para mudar a sociedade. Para ela, o poder público deve se espelhar em iniciativas de sucesso e implementar as alterações no currículo escolar.

A senadora considera que os currículos das universidades brasileiras não correspondem mais às necessidades dos alunos de hoje. E apontou como essencial o investimento na especialização de professores e o foco na educação de crianças.

— Nós estamos no básico e não podemos desanimar. Tem que pensar: “É isso que temos e daí pra frente temos que ver o que vamos fazer” — disse a senadora.

Senado fará homenagem às 26 deputadas constituintes

Durante as votações em Plenário ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) aproveitou para convidar os demais senadores para participar da sessão especial do Senado para entrega do tradicional Diploma Bertha Lutz, em 7 de março.

Lendo o *Jornal Senado Mulher*, encartado na edição de ontem do *Jornal do Senado*, a senadora explicou que a solenidade vai entregar o diploma para as 26 deputadas que participaram da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

As 6 deputadas constituintes já falecidas serão homenageadas in memoriam e as outras 20 deverão receber o diploma durante a sessão especial. Entre elas, estão as atuais senadoras Rose de Freitas (PMDB-ES), Lídice da Mata (PSB-BA) e Lúcia Vânia (PSB-GO) e a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

De acordo com Vanessa, quase todas já confirmaram presença no evento.

— Em 1988, na Constituinte, tínhamos apenas 26 mulheres, mas era uma bancada significativa para a época. Lamentavelmente, nenhuma mulher senadora. Foram 26 mulheres que, amparadas pelos movimentos sociais, conquistaram e ajudaram a escrever uma Constituição que até hoje é conhecida como Constituição Cidadã — disse a senadora.

O Diploma Bertha Lutz premia anualmente pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil, em qualquer área de atuação. O prêmio é entregue em sessão do Senado exclusivamente convocada para esse fim, durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Distúrbios e desenvolvimento infantil são temas de palestra

A palestra “Autismo e Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade: distúrbios neurocomportamentais que interferem no desenvolvimento da criança” será realizada hoje no Auditório de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, vinculada à Presidência do Senado. Segundo a presidente da comissão, Lisle Lucena, já

grande número de inscritos.

A palestra é gratuita e marca o 2º Ciclo de Capacitação sobre a Primeira Infância, organizado pelo comitê científico que assessoria a Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, vinculada à Presidência do Senado. Segundo a presidente da comissão, Lisle Lucena, já são mais de 500 inscrições.

HÁ 30 ANOS

No dia 29 de fevereiro de 1988, o *Jornal da Constituinte* não circulou devido ao Carnaval. Quinta-feira que vem as primeiras páginas voltam a ser reproduzidas nesta seção.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte28>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário feitos depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p>ESTATUTO DO TRABALHO Tutela 9h Subcomissão do estatuto faz audiência sobre normas gerais de tutela do trabalho. Às 14h, reunião da subcomissão.</p> <p>CRE Fórum Mundial da Água 10h Debate temático em Plenário. Em seguida, instalação da subcomissão do fórum e audiência interativa sobre escassez de água e ordem internacional.</p>	<p>CSF Fechamento de ruas 17h Audiência interativa para discutir fechamento de ruas ou condomínios prediais diante do aumento da violência. Entre os convidados, representantes dos Ministérios da Justiça e das Cidades, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Ministério Público do Distrito Federal.</p>
--	---

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

Proposta, que agora vai para a Câmara, simplifica as regras para a emissão da certidão de débitos tributários, que é exigida em licitações e empréstimos de bancos públicos

Senado aprova projeto que beneficia empresas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por unanimidade, um projeto de lei que simplifica a verificação de regularidade tributária dos contribuintes.

O PLS 477/2017 — Complementar determina que, para a certidão negativa de débito tributário ser emitida, a Receita Federal deve levar em conta só os fatos existentes na data do pedido de emissão da certidão. Atualmente, uma eventual inadimplência que ocorra após a solicitação impede a concessão do atestado.

A proposta, que agora vai para a Câmara dos Deputados, também estende a validade do documento — de um para seis meses.

A proposta faz parte das conclusões do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que foi coordenado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

— Com esse projeto, vamos contribuir de maneira efetiva com o ambiente de negociação das empresas, especialmente as pequenas e microempresas — declarou Armando.

De acordo com a lei do Sistema Tributário Nacional (Lei 5.172), o Estado pode — em licitações públicas, por exemplo — exigir a certidão negativa de quitação de impostos. Bancos oficiais também exigem o documento



Eunício preside, entre João Alberto e Wilder, sessão em que se aprovou projeto sobre certidão de débito tributário

para conceder empréstimos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o texto aprovado pelo Plenário faz parte da agenda prioritária para a economia, que tem o objetivo de favorecer o ambiente de negócios no Brasil.

— É um projeto importante, que faz parte da nossa agenda microeconômica e pode ajudar a colocar o Brasil novamente nos trilhos do desenvolvimento — disse Eunício.

Atividade empresarial

A certidão negativa de quitação tributária é expedida a pedido do contribuinte e

contém informações de identificação da pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade. O documento tem que ser fornecido no prazo de dez dias.

O projeto aprovado ontem acrescenta à lei um dispositivo segundo o qual a certidão tem “efeito declaratório de regularidade fiscal para todos os fins, inclusive na hipótese de concessão de benefícios fiscais”.

Na justificativa do projeto, Armando explicou que a exigência de certidão negativa é um dos maiores obstáculos às atividades empresariais, especialmente de contrata-

ções com o Estado:

“Em inúmeros casos, o contribuinte se vê obrigado a quitar débitos, mesmo que os considere indevidos, apenas porque, sem o pagamento, não poderá continuar exercendo sua atividade”.

Conta-corrente

O senador lembrou que, em muitos casos, o empresário não consegue obter a certidão a tempo. Ele observou que o procedimento de obtenção do documento é “burocrático e caótico”, porque a conta-corrente da empresa com a Receita Federal é atualizada

diariamente. Em muitos casos, de acordo com Armando, a expedição da certidão é inviável ou somente conseguida por meio de decisão judicial.

Para o senador Sérgio de Castro (PDT-ES), o projeto renova a esperança de crescimento econômico para o país. A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) apontou que o texto mostra que a diminuição da burocracia é importante para as empresas.

A senadora Kátia Abreu (sem partido-TO) disse que o PLS 477/2017 — Complementar tem o mérito de unificar as certidões e ampliar a validade do documento. Segundo a senadora, o projeto pode ajudar a liberar a “energia” dos empreendedores.

Os senadores Jorge Viana (PT-AC), José Serra (PSDB-SP), Raimundo Lira (PMDB-PB) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) também elogiaram o projeto, voltado para o empreendedorismo.

Para o senador Sérgio de Castro (PDT-ES), a proposta renova a esperança de crescimento econômico para o país.

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que a diminuição da burocracia é importante para as empresas. O senador Reguffe (sem partido-DF) também apoiou a proposta e atacou o excesso de burocracia, que impede o crescimento econômico.

Fortaleza e Distrito Federal poderão receber empréstimos internacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem duas operações de crédito internacional: uma a favor de Fortaleza e outra para o governo do Distrito Federal. Ambas contam com as garantias da União e agora seguem para promulgação. Antes da votação no Plenário, as operações haviam sido aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Distrito Federal foi autorizado a captar até US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Hélio José (PMDB-DF) informou que os recursos serão usados no financiamento de parte de um programa de saneamento ambiental, o Brasília Sustentável II, em ações que vão da destinação de resíduos sólidos até o assentamento de famílias em situações de risco. O senador apoiou o programa, mas reclamou que a bancada do DF no Senado não foi ouvida.

Reguffe (sem partido-DF) disse que o projeto é importante principalmente para áreas carentes do DF. O sena-

dor informou que o dinheiro também será usado na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis, em infraestrutura e no fortalecimento de órgãos ambientais. O projeto (PRS 3/2018) foi relatado na CAE por Lúcia Vânia (PSB-GO).

— É um projeto importante para o Distrito Federal, pois os investimentos trarão mais saúde à população — disse.

Já a verba a ser obtida pela prefeitura de Fortaleza (PRS 2/2018) é para financiar parcialmente o programa Fortaleza — Cidade com Futuro. O valor é de até US\$ 83 milhões a serem contratados com a Corporação Andina de Fomento (CAF), uma instituição financeira de desenvolvimento que opera na América Latina. O dinheiro será usado para obras de infraestrutura e urbanismo na capital cearense, incluindo melhorias na orla da cidade.

— É um importante projeto, que vai beneficiar o Ceará e Fortaleza, para que fique mais bela ainda — disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Goiás ganhará duas novas universidades federais

O Senado aprovou ontem a criação de duas universidades no estado de Goiás: a Universidade Federal de Catalão (Ufcat) e a Universidade Federal de Jataí (UFJ). As instituições de ensino serão criadas a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os textos seguem para a sanção presidencial.

A criação das universidades havia sido aprovada pela Comissão de Educação e Cultura (CE) na terça-feira, quando os projetos (PLC 5/2018 e PLC 7/2018) seguiram com urgência para o Plenário.

Durante a votação, os senadores de Goiás pediram o apoio dos colegas e destacaram o que a mudança significa para o estado.

Relatora do texto na CE, Lúcia Vânia (PSB-GO) lembrou os 20 anos de luta para a criação das instituições. Para a senadora, as universidades vão ajudar a promover o desenvolvimento em suas regiões.

Wilder Moraes (PP-GO) comemorou a aprovação. Para o senador, vencida essa etapa, é preciso criar também universidades para atender o norte do

estado e o entorno do Distrito Federal.

— Essa luta ainda não terminou. Eu, que dependi do crédito educativo para estudar e que precisei sair do interior de Goiás, sem lenço e sem documento, sei da importância da aprovação dessas universidades. Não vou desistir de conseguir as outras duas, aqui para o entorno do Distrito Federal e para o norte do estado.

Qualificação

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), a criação das duas universidades é um momento especial para o estado, que poderá dar aos jovens uma qualificação cada vez maior. A luta, disse o senador, dura vários anos e a conquista das duas universidades é parte desse caminho.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o PT votará de forma favorável a todos os projetos de interiorização do ensino superior, mas alertou para o risco de que a medida não se concretize. Para ele, a emenda constitucional que limitou os gastos públicos, aprovada durante o governo

Michel Temer, pode inviabilizar a implantação.

A Universidade Federal de Catalão terá sede e foro na cidade de mesmo nome. Cursos, alunos e cargos da unidade regional Catalão da UFG serão automaticamente transferidos para a Ufcat, assim como o patrimônio, determina o PLC 5/2018.

Além do aproveitamento da estrutura da UFG, o projeto prevê a criação de 81 cargos técnico-administrativos em educação e 40 cargos de direção, 225 funções gratificadas e 5 funções comissionadas de coordenação de curso.

O PLC 7/2018 cria a Universidade Federal de Jataí, na cidade de mesmo nome. O campus da UFJ será constituído das atuais unidades acadêmicas da UFG Riachuelo e Jatobá (Cidade Universitária José Cruciano de Araújo). A transferência de cursos, alunos e cargos será automática.

O texto cria 67 cargos técnico-administrativos em educação, 40 cargos de direção, 222 funções gratificadas e 2 funções comissionadas de coordenação de curso.

Jurista defende modernização de leis comerciais

Na Comissão para Reforma do Código Comercial, especialistas que elaboraram anteprojeto destacaram a necessidade de contemplar a globalização e a internet na nova norma

O BRASIL PRECISA de uma legislação comercial moderna que contemple novos contratos e instrumentos de transação que o Código Civil em vigor sequer regulou. O avanço da digitalização no mundo também exige o cultivo de uma nova mentalidade cultural e até mesmo a redefinição do termo “documento”, na qual o que importa é o conteúdo, que passou a circular eletronicamente, e não a versão impressa, que a cada dia torna-se obsoleta. Essas são avaliações feitas pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, em audiência ontem na Comissão para Reforma do Código Comercial.

— Um país só vai bem quando os negócios de suas empresas vão bem. Nenhum país pode ir bem se a economia privada está ruim — afirmou.

Noronha presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto de reforma da norma, que data de 1850. O texto sugerido pelo colegiado tramita como PLS 487/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL).

O ministro do STJ afirmou que uma legislação comercial esparsa resolve algumas questões, mas a um custo elevado e excessiva morosidade, que põe em xeque a segurança jurídica dos negócios e impede a criação de um ambiente propício à atividade industrial. Ele disse ainda que mesmo o Código Civil brasileiro unificado é incapaz de resolver as altas questões jurídicas no plano comercial.

— O projeto inicial do nosso Código Civil é de 1975. As teorias que inspiraram o legislador de então, portanto,



Fábio Ulhoa Coelho, João Otávio de Noronha, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves e Alfredo Gonçalves Neto: comissão ouve juristas em audiência

datam da década de 1950.

A Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial é presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). O relator é Pedro Chaves (PSC-MS). O anteprojeto em exame na comissão temporária do Senado contempla o aumento da segurança jurídica, a modernização das garantias, o comércio eletrônico entre empresários, a simplificação da burocracia e a melhoria do ambiente de negócios, com a incorporação de normas com que o investidor global está atualizado. O anteprojeto também destina um capítulo especial à distribuição dos riscos na cadeia produtiva do agronegócio.

Instabilidade

Noronha afirmou que toda proteção excessiva na legislação acaba por travar e criar instabilidade no campo da segurança jurídica, o que vem a ser prejudicial ao comércio, que exige um clima de tranquilidade para a celebração dos negócios.

O ministro do STJ também apontou o avanço do comércio via internet e a extinção das

lojas físicas. Ele criticou a burocracia sistemática e defendeu a adoção de uma legislação ágil.

— Só mesmo o Brasil tem comentários ao Código Civil em 15 volumes. Temos que modernizar hoje o país pelo direito comercial. Não tem nada mais anacrônico que o sistema de garantia. Estamos ainda com hipoteca, penhor. Há algum tipo de avanço na alienação fiduciária, mas temos muita coisa, precisamos baratear, evitar despesas com cartório.

O relator do anteprojeto na comissão de juristas, Fábio Ulhoa Coelho, disse que a aprovação do novo código é uma das ações a serem adotadas pelo Brasil para a retomada do desenvolvimento.

— A questão central está relacionada à segurança, à previsibilidade das decisões. A empresa precisa saber como serão julgados os casos em que ela se envolve. A empresa fez seus cálculos confiando no que está na lei e não pode ser surpreendida por uma decisão jurídica imprevisível, que não está na lei. Assim, a empresa tem que aumentar seu preço para ter uma margem de risco

que pode vir dessa decisão imprevista. O prejudicado é o trabalhador — afirmou.

Mentalidade

Coelho considera necessária a adoção de um instrumento que mude a mentalidade dos juízes, por meio da enunciação e delimitação dos princípios do direito comercial.

— Por exemplo, o desafio hoje que a reforma trabalhista enfrenta é a dificuldade na mentalidade dominante da Justiça do Trabalho — afirmou.

Para Coelho, é preciso combater preconceitos e mudar a mentalidade em relação à atividade empresarial.

— O primeiro preconceito é que o lucro tem algo de imoral, é quase um pecado. O segundo, que as empresas possuiriam uma cornucópia infindável, de onde poderiam tirar recursos para suportar qualquer condenação. E o terceiro, a ideia de oposição entre o interesse individual da empresa, do investidor, e o interesse coletivo da sociedade. Esses interesses são convergentes — disse.

Para o vice-presidente da comissão de juristas, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, o

novo código proposto “só trará melhorias para o país, sufocado por normas retrógradas em matéria societária”.

— Mas o anteprojeto precisa ser aperfeiçoado, e esse é o papel do legislador, que tem a visão prática do que acontece.

Pedro Chaves assumiu o compromisso de apresentar um relatório que contemple o interesse público e promova o desenvolvimento econômico do Brasil. Ele destacou que a importância do projeto não se reflete somente na seara comercial, mas na vida das pessoas, por facilitar a atuação das empresas e criar condições para a redução de preços e melhoria de serviços.

Fernando Bezerra disse que espera concluir a votação do anteprojeto até o final do primeiro semestre. Ele destacou que o Brasil tem hoje quase 13 milhões de desempregados, e que a proposta poderá representar uma melhoria no ambiente de negócios.

— O mundo vive hoje a quarta onda da Revolução Industrial, e o avanço da inteligência artificial e da automação poderá causar desemprego estrutural no futuro.

Elber alerta sobre fim de compras parceladas sem juros no cartão

Elber Batalha (PSB-SE) vê com desconfiança as negociações entre o Banco Central e as operadoras de cartões de crédito para extinguir a modalidade de compra parcelada sem juros.

Embora as operadoras argumentem que a proposta reduzirá a inadimplência dos usuários de cartões e adequará o Brasil aos padrões financeiros mundiais, o senador acredita que o Senado não pode ficar omissos diante da possibilidade de uma “trama” dos bancos.

Na opinião do senador, a inadimplência se combate com a redução dos juros ao consumidor, que hoje ultrapassam 300% ao ano.



Pedro Franco/Agência Senado

Lídice cita importância de registro geográfico para cacau baiano

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou a Associação Cacau Sul Bahia pela conquista do registro de indicação geográfica para o produto da região.

Para ela, o registro é um reconhecimento da qualidade do cacau baiano, que ganha mercado no país e no exterior, e se soma a outras estratégias para agregar valor à cadeia produtiva do produto.

— A indicação geográfica, que tem por finalidade valorizar e garantir a produção com proteção, inclusive jurídica, aos produtos oriundos de determinada cidade ou região, agregará valor e qualidade aos produtos do sul da Bahia.



Roque de Sá/Agência Senado

Otto Alencar protesta contra corte de verbas federais para a Bahia

Otto Alencar (PSD-BA) protestou contra as perdas que a Bahia teve com o remanejamento orçamentário feito pela União. Ele afirmou que R\$ 180 milhões em verbas deixaram de ser enviadas ao estado.

O corte, disse, atingiu compra de equipamentos de saúde, reestruturação dos hospitais universitários, compra de veículos para transporte escolar e segurança pública.

— Presidente Temer, não persiga os baianos, não. Basta o que já tem feito de ruim pra o nosso país, para o Brasil. Basta a mácula de ter sido o presidente denunciado duas vezes pelo MP — afirmou Otto.



Pedro Franco/Agência Senado

Paim: “Mesmo com suspensão da reforma, é preciso estar alerta”

Paulo Paim (PT-RS) destacou a suspensão da votação da reforma da Previdência, devido à decretação de intervenção federal no Rio de Janeiro. Ele avalia que a PEC não mais será analisada neste ano.

Mesmo assim, Paim disse que manterá o estado de alerta. Ele lembrou que em 2017 foram feitas mais de cem audiências sobre o tema.

Para o senador, o governo recuou ao sentir a pressão da sociedade, que se posicionou contra o que ele considerou “a liquidação do direito das pessoas à aposentadoria e dos sonhos da juventude”.

— Não ganhamos a guerra, mas ganhamos a batalha. Tenham muita atenção para isso, ainda temos muito o que fazer.

Castro defende reforma na gestão pública do país

Sérgio de Castro (PDT-ES) declarou apoio ao projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que flexibiliza a estabilidade no serviço público, incluindo a possibilidade de exoneração do servidor por insuficiência de desempenho (PLS 116/2017 — Complementar).

Para Castro, a estabilidade absoluta acaba premiando a falta de compromisso com o Estado e prejudicando os servidores empenhados no trabalho.

— A flexibilização da estabilidade seria, certamente, um dos pilares da reforma da atual gestão pública, que, ao meu ver, precisa ser reestruturada.



Marcio Mariz/Agência Senado

Senado cria comissão para avaliar intervenção

Colegiado formado por senadores funcionará durante um ano para acompanhar a execução e os desdobramentos da atuação federal na segurança pública no estado do Rio

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que cria uma comissão temporária externa para acompanhar a intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

O colegiado, que funcionará

durante um ano, terá dez senadores titulares e dez suplentes.

De acordo com Randolfe, o decreto de intervenção no Rio de Janeiro, o primeiro desde a promulgação da Constituição, é uma medida drástica que precisa ser acompanhada e fiscalizada pelo Congresso. “A intervenção federal em

conjunto com a nossa recente redemocratização resgata memórias de arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas no passado e, por isso, a necessidade de se ter membros do Senado acompanhando o desdobramento e a execução das operações militares e policiais”, justifica Randolfe. Ele

ressalta que organizações de direitos humanos manifestam preocupação com excessos.

Na terça-feira, o decreto do presidente Michel Temer que deu início à intervenção foi aprovado no Plenário do Senado. O texto foi publicado ontem em edição extra do *Diário Oficial da União*.

Governo não tem plano de segurança pública, diz Kátia Abreu

Kátia Abreu (sem partido-TO) afirmou ontem que votou a favor, mas sem convicção no sucesso da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Para ela, foi necessário escolher o “menos pior” entre os cenários negativos.



Pedro França/Agência Senado

A senadora acredita que não existe um plano de segurança para o Rio de Janeiro. Ela teme que, enquanto durar a intervenção, os criminosos do estado migrem para outras unidades da Federação.

Kátia Abreu criticou ainda a possibilidade de criação de um novo ministério para a segurança pública.

Para José Medeiros, ocupação militar do Rio é adequada

José Medeiros (Pode-MT) disse ontem que é injustificável “votar contra a segurança do Rio de Janeiro”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para ele, a ocupação do estado pelas Forças Armadas é uma medida adequada que, inclusive, chegou a ser adotada por 14 vezes, nos últimos 10 anos, nos governos do PT.

Medeiros afirmou que as pessoas não suportam mais a insegurança e que o governo deve parar com a terceirização de suas responsabilidades. Ele disse que, apesar de integrar um partido de oposição, sabe reconhecer quando o governo toma medidas adequadas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Regina diz que grupo vai averiguar eventuais violações em ações no Rio

Subcomissão vai acompanhar respeito aos direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem a criação de uma subcomissão para acompanhar a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. A intenção é fiscalizar eventuais violações dos direitos humanos contra a população. A subcomissão temporária terá a participação dos senadores Romário (Pode-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Telmário Mota (PTB-RR).

A presidente da comissão, senadora Regina Sousa (PT-PI), disse que o objetivo da subcomissão será acompanhar a situação do Rio de Janeiro em relação aos direitos humanos enquanto durar a intervenção federal.

O requerimento de criação da subcomissão foi de autoria da própria presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI).

Para criar a subcomissão, a

CDH encerrou os trabalhos da Subcomissão da Defesa da Mulher, por haver limites regimentais para funcionamento simultâneo de subcomissões em casa comissão permanente. Para Regina, os objetivos da subcomissão da Mulher já foram alcançados com a criação da Procuradoria da Mulher no Senado e da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher no Congresso.

Audiências

A comissão também aprovou quatro pedidos de audiências públicas. Os temas serão os 130 anos da Abolição da Escravatura, a Política Nacional da Pessoa Idosa, os impactos da construção da estrada de ferro 170 (Ferrogrão) no desenvolvimento regional e a situação dos refugiados venezuelanos em Roraima.

Líderes devem discutir paralisação de PECs, sugerem senadores

Integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sugeriram ontem que o Colégio de Líderes discuta o alcance da medida adotada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, de paralisar o andamento legislativo das propostas de emenda à Constituição (PECs) enquanto vigorar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

O dilema está na interpretação do dispositivo constitucional que proíbe mudar a Constituição em situações de excepcionalidade, como estado de sítio ou intervenção. Eunício entendeu que as PECs não devam ser discutidas nem mesmo nas comissões, mas alguns senadores consideram não haver diretriz explícita proibindo a análise pelas comissões.

Primeiro a suscitar o tema, José Pimentel (PT-CE) sugeriu até mesmo que todos os relatores de PECs devolvessem os textos à presidência da comissão. Simone Tebet (PMDB-MS) discordou da sugestão e lembrou que a intervenção, embora drástica, tem prazo limitado de vigência, até o fim de dezembro,

e pode ser interrompida a qualquer momento. Devolver as PECs, algumas já em adiantado processo de análise, não seria produtivo.

— As PECs não podem tramitar na Casa, mas não vejo sentido em a CCJ ou as comissões solicitarem a devolução das propostas — opinou a senadora.

Na interpretação de Aécio Neves (PSDB-MG), é correto impedir que durante a vigência do estado de exceção haja modificação na Constituição, mas isso não deve afetar a análise e o debate nas comissões.

— Para que não haja esvaziamento da atuação do Legislativo, não seria adequado que pudéssemos avançar nas comissões, já que não há vedação constitucional, na tramitação dessas matérias, deixando-as prontas para a análise em Plenário? — questionou.

O vice-presidente da CCJ, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), informou que a comissão continuará cumprindo a determinação da Mesa até que os líderes referendam ou não o atual entendimento.

Congresso agora tem que acompanhar ação no RJ, defende Simone

Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que o papel do Congresso não é o de só aprovar a intervenção na



Pedro França/Agência Senado

segurança do Rio de Janeiro. Para ela, o Legislativo deve agora acompanhar o andamento da medida, a qual apoiou.

A senadora manifestou preocupações. Uma delas se refere à possibilidade de o crime organizado aliciar integrantes das Forças Armadas, o que, na opinião dela, exige que a intervenção seja breve.

Simone disse que não se deve apenas combater o crime organizado nos grandes centros e pediu ações nas fronteiras.

Para Humberto, ação mostra que Temer quer ser candidato

Humberto Costa (PT-PE) lamentou ontem a aprovação, pelo Congresso, da intervenção federal no Rio de Janeiro.



Roque de Sá/Agência Senado

Para ele, trata-se de um espetáculo midiático que servirá para que o governo ganhe “alguns nacos de popularidade” e Temer se viabilize como candidato presidencial, além de tirar a atenção da derrota do governante na reforma da Previdência.

— Temer, além de mau governante, tem aspectos fortes de demência. Veja a conclusão a que chegou: quer ser candidato a presidente. Meu Deus do céu! Onde é que nós estamos?

Medida é pirotecnia do governo federal, afirma Fátima Bezerra

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro foi um ato de pirotecnia do governo Temer.



Pedro França/Agência Senado

Para ela, não houve planejamento e a medida é contestada até por setores das Forças Armadas.

Segundo a senadora, o Brasil inteiro enfrenta problemas na segurança pública. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o número de mortes violentas em 2017 aumentou 20% em relação a 2016. Ela disse que o governo federal deveria ter dialogado com os governadores antes de decretar a intervenção.

Regina Sousa pede o combate aos “barões” do tráfico de drogas

Regina Sousa (PT-PI) condenou a intervenção federal no Rio de Janeiro, quando, disse, outros estados passam por situações piores. Para ela, a medida não solucionará a violência e é necessário que as Forças Armadas sejam espalhadas nas fronteiras e monitorem o espaço aéreo, para impedir a entrada no país de armas e drogas.

Para ela, é preciso ir atrás dos “barões” do tráfico, e não apenas dos traficantes que vivem nas favelas.

— Uma pergunta: os chefes do tráfico estão presos, comandam o tráfico dos presídios. Que tal uma delaçãozinha premiada desse povo?

Romário: intervenção é remédio amargo, mas necessário

Para Romário (Pode-RJ), o decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro é um remédio amargo, mas necessário para enfrentar a criminalidade que tomou conta do estado.

Para ele, as forças policiais do Rio de Janeiro saberão atuar com as Forças Armadas para combater o crime organizado e as quadrilhas que, por causa da omissão do governo atual e de governantes anteriores, tornaram-se poderosas a ponto de conseguirem aliciar agentes e autoridades públicas.

Romário lembrou, porém, que a solução do problema vai além da intervenção: requer valorização dos policiais e ações de educação, esporte e lazer.

Colegiado avalia que Mais Médicos diminuiu

Relatório aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais aponta que caiu o número de profissionais atuantes e municípios atendidos pelo programa do governo federal

QUASE 8 MILHÕES de brasileiros, moradores de cidades pobres do interior, deixaram de contar com o atendimento de profissionais vinculados ao Programa Mais Médicos em 2017. Este foi o dado que mais preocupou os senadores na avaliação do Programa, apresentada por Lídice da Mata (PSB-BA), e aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relatório mostra que, no ano passado, caiu o número de cidades e de médicos atuantes no programa. O Mais Médicos chegou a ter 18.240 profissionais, mas hoje tem menos de 16 mil. Antes atuava em 4.058 cidades, porém mais de 200 destes municípios estão sem atendimento atualmente.

Contingenciamento

Outro problema é a Portaria 12/2017 do Ministério do Planejamento, que tornou discricionárias as despesas do Mais Médicos. Com isso, o programa passou a correr o risco de contingenciamento.

— Se isso ocorrer, o impacto sobre o acesso à saúde da população será imediato. Há uma falta de sustentabilidade do Mais Médicos, no quadro de subfinanciamento crônico do SUS agravado pela emenda



Marta preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Para a senadora, Mais Médicos precisa ser ampliado

do teto de gastos, que torna instável o acréscimo de recursos para os próximos 20 anos — lamentou Lídice.

A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), informou que vem negociando com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, uma nova audiência para que ele realize um balanço da gestão. Para ela, será a ocasião perfeita para que os senadores apresentem propostas de ampliação do Mais Médicos, que é muito bem avaliado nos municípios.

— Apoio o Mais Médicos desde o início, em 2013, e os resultados que ele alcança deixam claro que é uma política

bem-sucedida. Mais até do que ser preservado, ele tem que ser ampliado. O caminho é claro, é a atenção básica em saúde, é o Saúde na Família e o Mais Médicos, enquanto não tivermos profissionais em todos os lugares — disse.

Pacientes

Marta e Humberto Costa (PT-PE) lembraram que o foco do programa na atenção básica de saúde o torna muito resolutivo, um dos pontos mais elogiados nas pesquisas realizadas com os pacientes.

Humberto reforçou que os médicos cubanos, quase a totalidade dos estrangeiros

atuantes, tem por formação o fato de serem detalhistas, atenciosos com os pacientes e com treinamento especializado em educação para a saúde. Tendo como base auditorias do Tribunal de Contas da União, estudos científicos e pesquisas de instituições do setor, o relatório mostra que o Mais Médicos, à despeito da queda de resultados no ano passado, provocou desde 2013 uma redução relevante no número de cidades com escassez de médicos, especialmente nas Regiões Nordeste e Norte.

Pelo relatório, o programa foi implantado predominantemente em cidades de

grande vulnerabilidade social, com impactos positivos em indicadores de produção e de internações sensíveis à atenção primária.

Saúde da Família

O Mais Médicos cumpriu papel fundamental na expansão das equipes do Programa Saúde da Família, ampliando sua cobertura numa velocidade e volume significativamente superiores aos anos anteriores.

Outro dado é que o Mais Médicos aumentou consultas, diversificou o escopo de procedimentos da atenção básica, contribuiu para reduzir o número de internações em casos solucionáveis pela atenção básica, e atingiu índices expressivos de aprovação.

Na conclusão, Lídice apresentou dados da Universidade Federal de Minas Gerais dando conta de que, nos municípios onde foi implantado, 85% da população avalia que o Mais Médicos melhorou a qualidade do atendimento.

Entre os entrevistados, 87% avaliaram os médicos como “mais atenciosos”, 82% opinaram que eles melhoraram a resolução de seus problemas, 55% deram nota 10 ao programa, e a média da nota conferida foi 9.

Avança medida que prorroga prazo de adesão ao Refis Rural

A comissão mista da Medida Provisória 803/2017 aprovou ontem o relatório de Simone Tebet (PMDB-MS), que prorroga de 28 de fevereiro para 30 de abril o prazo final de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), também chamado de Refis Rural. O prazo atual foi determinado pela Lei do Refis Rural (13.606/2018).

O PRR permite o parcelamento, com descontos, de débitos de produtores rurais com a contribuição social de 2,1% sobre a receita bruta, conhecida como Funrural.

A senadora manteve na medida provisória apenas a prorrogação da adesão,

retirando os dispositivos que tratam do PRR. Ela afirma que eles foram incorporados à Lei do Refis Rural. Esta é a quarta vez nos últimos meses que o Congresso discute o prazo de adesão ao programa de renegociação do Funrural.

A medida provisória será analisada agora, separadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado. A MP tem validade até o dia 8 de março.

Segundo Simone, existe um acordo para que o relatório seja votado nos plenários das duas Casas na próxima semana. O ajuste político atrela a aprovação do relatório da MP 803 à derrubada de alguns dos 24 vetos ao projeto que deu

origem à Lei do Refis Rural.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), por exemplo, associou a aprovação da medida provisória na Câmara, sem obstrução do partido, à derubada do veto que trata de renegociação de dívidas de agricultores familiares.

Outros parlamentares afirmaram que o novo prazo aprovado hoje só terá efeito prático se os vetos forem derrubados.

A prorrogação do prazo por 60 dias era uma reivindicação dos produtores rurais e foi encabeçada, no Congresso, pela Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, que reúne mais de 250 deputados e senadores.

Os produtores alegam que o

prazo da Lei do Refis é curto para reunir toda a documentação necessária à renegociação dos débitos tributários.

A relatora destacou ainda que a regulamentação do PRR só foi divulgada no final de janeiro pela Receita Federal, o que reduziu ainda mais o tempo para aderir ao programa.

“O prazo para adesão é um processo complexo, que exige

muitas guias, muito estudo”, afirma. Para ela, a nova data final é suficiente para atender a pelo menos 80% dos produtores rurais. “Teremos mais 60 dias para que os contadores possam entender a nova legislação e auxiliar o produtor no que se refere ao pagamento parcelado da contribuição”, acrescenta.

Da Agência Câmara

Novas datas para entrar no programa

Medida Provisória 793*	29 de setembro de 2017
Medida Provisória 803	30 de novembro de 2017
Lei 13.606/2018	28 de fevereiro de 2018
Relatório da Medida Provisória 803	30 de abril de 2018

* Perdeu a validade sem ter sido aprovada pelo Congresso Nacional

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Fórum Mundial da Água terá subcomissão de senadores

Grupo, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, será instalado hoje. Evento ocorrerá entre 18 e 23 de março, em Brasília, e receberá 40 mil pessoas de todo o mundo interessadas em debater o futuro da água

O SENADO TERÁ uma subcomissão temporária para tratar do Fórum Mundial da Água. A oitava edição do evento acontecerá de 18 a 23 de março, em Brasília. O grupo funcionará na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e será instalado na manhã de hoje no Plenário do Senado.

O senador Jorge Viana (PT-AC) será o presidente da subcomissão.

Viana recebeu o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, na terça-feira para tratar dos últimos preparativos do encontro.

De acordo com Viana, Rollemberg, quando senador, esteve ao seu lado na luta para trazer o fórum para a cidade e está dando todo o suporte para que se faça “o melhor fórum”. O senador explicou ainda que estão organizando a participação parlamentar no fórum.

— Estaremos lá fazendo um debate sobre qual lei aperfeiçoar ou criar, para que se possa ter água como um direito a que todos têm que ter acesso — explicou.

Rollemberg garantiu que a cidade está preparada para receber o evento e acrescentou:

— É uma oportunidade de reunir os maiores especialistas do tema do mundo, tanto do ponto de vista científico quanto político e jurídico, para que encontremos cami-



O governador Rollemberg fala com o presidente da subcomissão, Viana

nhos comuns que garantam o compartilhamento da água de forma pacífica e todos possam utilizá-la para o bem da qualidade de vida do próprio planeta e das populações.

A agenda desta quinta, no Plenário do Senado, sobre o 8º Fórum Mundial da Água, começa às 10h com uma sessão de debates temáticos com a CRE. Em seguida, haverá a instalação da subcomissão e uma audiência pública interativa que vai discutir a escassez de água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional, dentro dos preparativos para o evento.

Foram convidados o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e secretário-executivo do fórum, Ricardo Andrade, e o diretor-presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do

Distrito Federal (Adasa) e copresidente do comitê internacional organizador do evento, Paulo Sérgio Salles.

O fórum deverá ter a participação de 40 mil pessoas. Haverá mais de 200 debates e sessões.

O senador Roberto Muniz (PP-BA) integra a Comissão do Processo Político do Fórum, que fornece orientações sobre o programa político e promove a conexão entre autoridades oficiais em nível mundial. Ele afirma que cada cidadão pode ser um fator de modificação no uso da água.

— Vimos São Paulo viver uma crise hídrica e superá-la dois anos depois. Percebemos que, através da educação ambiental, o consumo caiu 15%.

Veja a programação do Fórum da Água: worldwaterforum8.org

Eunício reafirma que pauta é prerrogativa do Congresso

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que é prerrogativa do governo federal encaminhar projetos de lei. Ele, porém, reafirmou que as propostas serão pautadas de acordo com as prioridades da Casa.

— Nós fizemos uma pauta, na abertura dos trabalhos de 2018, dizendo que a prioridade era a segurança. Nós vamos tocar essa pauta. O governo pode encaminhar projetos de lei e medidas provisórias. Pautar os projetos ou ler as MPs cabe aos dirigentes do Congresso Nacional.

Na terça-feira, Eunício comentou a lista de prioridades na pauta econômica, anunciada pelo governo Temer. O senador voltou a ressaltar que o Congresso Nacional será pautado por seu presidente e pelas lideranças partidárias.

— Ninguém pautará esta Casa, a não ser os líderes em conjunto com o presidente — disse o presidente do Senado.

Eunício mencionou a votação do veto presidencial ao PLC 164/2017, que garante o refinanciamento das dívidas tributárias de micros e pequenas empresas.

Pequenas empresas

Ele lembrou que 17 Refis foram aprovados nos últimos dez anos, mas lamentou que o Poder Executivo tenha vetado o que seria destinado às pequenas empresas.

O senador defendeu a

requalificação dos recursos orçamentários, para que o governo possa contar com mais recursos em situações emergenciais, a exemplo da que prevê a intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Prioridades

Na segunda, o presidente da República, Michel Temer, divulgou uma lista de temas legislativos que considera prioritários para este semestre, que inclui a reforma do PIS/Cofins (simplificação tributária), a autonomia do Banco Central, o novo marco legal de licitações e contratos, a nova lei de finanças públicas, a regulamentação do teto remuneratório, a desestatização da Eletrobras e o reforço das agências reguladoras.

A lista inclui ainda os depósitos voluntários no Banco Central, a redução da desoneração da folha de pagamento das empresas, o programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais, o cadastro positivo, a duplicata eletrônica, o distrato, a atualização da Lei Geral de Telecomunicações e a extinção do Fundo Soberano.

Por ora, em razão do decreto presidencial de intervenção federal no Rio de Janeiro, está suspensa a votação de propostas de emenda à Constituição, como a que trata da reforma da Previdência. A proibição está prevista na Constituição.

Cartilha avalia gestão hídrica no Norte e Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) lançou ontem uma cartilha sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. A publicação conta com o relatório de avaliação de políticas públicas sobre o tema, aprovado no ano passado pelo colegiado.

A presidente da CDR e relatora da avaliação de políticas públicas de 2017, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), destacou os esforços do colegiado para acompanhar as obras de transposição do Rio São Francisco e informou que a comissão prosseguirá neste ano acompanhando o andamento do empreendimento.

Produzida pelo Senado, a cartilha será distribuída a parlamentares e interessados.

Veja o relatório de avaliação da CDR: <http://bit.ly/relatorioAguas>

Órgão de metrologia para Brasil e Argentina gera divergência

A criação de um organismo bilateral de metrologia entre Brasil e Argentina foi considerada desnecessária pelo coordenador-geral de Articulação Internacional do Inmetro, Jorge Antonio da Paz Cruz. Ele participou ontem no Senado de uma audiência pública do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

— É algo que temos que amadurecer, temos que pen-

sar bastante para criar mais uma agência. Talvez a proposta que achamos muito interessante seja aproveitar a existência da associação estratégica onde estes institutos já têm assento e possamos avançar — disse.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) parabenizou o servidor do Inmetro por seu apelo para melhor aproveitamento dos órgãos de metrologia já

existentes.

A representante do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Vera Thorstensen, chamou a atenção para o efeito prejudicial que as barreiras não tarifárias, como as normas de metrologia, acarretam ao comércio exterior.

Segundo ela, há em vários setores produtivos de Brasil e Argentina normas para pro-

dutores industriais divergentes, uma vez que na Argentina há o predomínio de padrões adotados da União Europeia, enquanto no Brasil predominam regras dos EUA.

— O tema é fundamental. É aqui que se faz comércio internacional. É aqui que se criam as barreiras de integração. É esse o problema. Agora precisamos fazer um pouco mais do que fazer os órgãos de governo de nível mais alto funcionarem. Precisamos criar um ambiente de diálogo setorial com mais força.

Participaram ainda do debate o embaixador da Argentina, Carlos Magariños, o diretor do Departamento do Mercosul do Itamaraty, Otávio Brandelli, e o coordenador-geral de Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, André Marcos Favero.



A senadora Ana Amélia fala ao lado da deputada Bruna Furlan, do embaixador Magariños e da professora Vera

Projeto busca aprimorar criação de políticas

Executivo deverá apresentar ao Legislativo avaliação dos impactos da aprovação de leis que instituem novas políticas públicas, prevê texto aprovado ontem em comissão e que segue para o Plenário

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que obriga o Poder Executivo a enviar ao Legislativo uma avaliação fundamentada sobre o impacto da aprovação de uma lei que cria nova política pública.

De autoria do senador Roberto Muniz (PP-BA), o PLS 488/2017 — Complementar altera a Lei Complementar 95/1998, que regula o processo de produção de leis.

A intenção é inserir um novo capítulo na norma, orientando especificamente o encaminhamento de propostas legislativas que instituem políticas públicas. Com isso, todo projeto com esse objetivo deverá estar acompanhado

de uma avaliação prévia de impacto legislativo, de modo a garantir a economicidade, a efetividade, a eficácia e a eficiência das ações públicas.

Transparência

Ao defender a iniciativa, Muniz ressaltou que o projeto permitirá que a concepção da política pública seja mais cuidadosa, além de criar condições para que o Congresso possa debater e aprimorar a potencial intervenção do Estado. A meta, afirma o senador, é alcançar uma gestão pública mais transparente, profissional e eficiente.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse acreditar que o ato de legislar sobre políticas públicas exige bem



Relator da proposta, Anastasia preside a reunião em que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o texto

mais do que a decisão de inovar o direito ou produzir a norma jurídica. Para o senador, a tarefa exige também responsabilidade “e a posse de

elementos de convencimento do legislador e de direção administrativa; e a existência de elementos de convencimento, de aferição e direcionamento

tanto da ação do legislador quanto do administrador”.

O projeto agora seguirá para a análise do Plenário do Senado.

Conflito em guarda de filho poderá ser mediado

O recurso da mediação poderá ser utilizado na solução de conflitos ligados à alienação parental. A possibilidade está sendo aberta por projeto de Dário Berger (PMDB-SC), aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLS 144/2017) recebeu parecer favorável, com emenda, do relator, senador Romário (Pode-RJ). Agora vai para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A alienação parental é caracterizada pela tentativa de rompimento dos laços afetivos do filho em relação ao pai ou à mãe, por um dos ex-cônjuges, no processo de separação. O projeto pretende inserir na Lei 12.318/2010, que regula essa questão, dispositivo admitindo o uso da mediação em disputas entre os responsáveis pela guarda de menores.

Vale lembrar que a utilização da mediação nesses casos constava do texto da Lei 12.318/2010 enviado à sanção presidencial, mas foi vetada na ocasião. Assim, o PLS 144/2017 quer dar novamente a ex-cônjuges

em conflito pela guarda dos filhos a chance de recorrerem à mediação antes ou durante o processo judicial.

“O veto à mediação como mecanismo alternativo de solução dos litígios para os casos de alienação parental foi criticado pela comunidade jurídica, por excluir da lei um método comprovadamente eficaz para a solução dos conflitos familiares, capaz de conduzir as partes através do diálogo à autocomposição de seus interesses”, pondera Dário na justificativa do projeto.

Não obrigatoriedade

No parecer, Romário diz não ver “o nexa, clamado pelo veto presidencial, entre mediação e eventual disponibilização dos direitos inalienáveis de crianças e de adolescentes”. Isso porque o veto alegava inconstitucionalidade devido a indisponibilidade dos direitos da criança e do adolescente.

O veto também considerava haver antijuridicidade, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente adota o princípio da “intervenção mínima” nesses casos, o que dispensaria o uso da media-

ção. O relator afirma que a mediação pode revestir-se do caráter de absolutamente indispensável que devem ter as instituições e autoridades interventoras no conflito. A medida de sua imprescindibilidade seria percebida em cada caso pelas partes e pelo juiz, já que a proposição não prevê a obrigatoriedade do uso da mediação, analisa Romário no parecer.

Além de prever o uso da mediação, o projeto estabelece que ela será precedida de acordo que indique sua duração e o regime provisório de exercício de responsabilidades enquanto se constrói o entendimento entre as partes.

Pela proposta, os termos do acordo de mediação não vinculam decisões judiciais posteriores. Apesar de admitir a livre escolha do mediador pelas partes, o texto atribui ao juízo competente, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar a responsabilidade de formar cadastro de mediadores habilitados no exame da alienação parental.

Emenda

Em emenda, Romário obriga o exame dos termos do acordo de mediação e seus desdobramentos pelo Ministério Público e sua homologação pela Justiça. Originalmente, a proposta direcionava a análise apenas do acordo de mediação ou de seus resultados a essas instâncias. Na visão do relator, as duas etapas precisam ser avaliadas pelo Estado, pelo fato de estarem em jogo direitos indisponíveis de crianças e adolescentes.

Vai a Plenário indicação de Alexandre Luiz Ramos ao TST

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, por 17 votos a 1, a indicação do desembargador Alexandre Luiz Ramos para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a qual agora vai para o Plenário em regime de urgência. A sabatina foi realizada ontem na comissão.

Ramos lembrou que a Justiça do Trabalho foi o segundo segmento do Judiciário que mais recebeu novos processos — 4,2 milhões somente em 2016 — e lamentou o fato de a prevenção de conflitos estar perdendo espaço nos últimos anos.

— Nas últimas décadas, a fiscalização do trabalho tem perdido força, ou seja, estamos atuando menos na prevenção. Em Santa Catarina, por exemplo, há mais juizes do que auditores fiscais do trabalho, o que gera uma litigiosidade crescente — afirmou.

Ramos é juiz do trabalho de carreira e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Santa Catarina desde 2016.

O magistrado é indicado à vaga decorrente da aposentadoria do ministro João Oreste Dalazen.

Reforma

O sabatinado concordou com Paulo Paim (PT-RS) sobre a necessidade de fortalecer a Justiça trabalhista brasileira.

A respeito da reforma trabalhista, o indicado afirmou que ainda é cedo para avaliar os efeitos das medidas. Todavia, lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é dos anos 1940, quando o



Para Ramos, reforma trabalhista favorece pequenas empresas

Brasil ainda era um país rural e, portanto, necessitava de atualização.

Na opinião de Alexandre Luiz Ramos, a reforma atendeu os micros e pequenos empresários ao prestigiar, por exemplo, a negociação entre as partes.

— Para se fazer um simples acordo de banco de horas, era necessário intervenção sindical. Para esses pequenos, o acordo direto com os empregados facilita. Até porque, nesse setor, a relação é mais pessoal — afirmou.

Simple

José Pimentel (PT-CE) disse que as empresas optantes pelo Simples vêm salvando o emprego no país. Segundo ele, em 2017, elas tiveram saldo positivo de 320 mil vagas. Por outro lado, observou, as grandes corporações, fora do Simples, apresentaram saldo negativo de 340 mil postos.

O senador lamentou o veto presidencial ao programa de refinanciamento de dívidas (Refis) das pequenas e microempresas.



Romário relatou proposta aprovada na Comissão de Direitos Humanos